



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638839 - SC (2021/0002633-3)

**RELATOR** : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
LUDMILA GRADICI CARVALHO DRUMOND - SC036422  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : JONATAN DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JONATAN DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (N. 5005419-61.2020.8.24.0036).

O paciente foi condenado à pena de 7 anos, 9 meses e 10 dias de reclusão em regime inicial fechado, por infração ao disposto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

A impetrante sustenta que "o aumento da pena-base – ainda que no patamar mínimo de 1/6 sobre a pena mínima, o que já equivale a 10 meses de reclusão – é absolutamente ilegítimo e desproporcional, na medida em que, a maconha, como citado, esta é substância psicoativa de baixa nocividade, inclusive inferior ao álcool e ao tabaco, que são legalizados" (fl. 8).

Requer, em pedido liminar e no mérito, seja "DECLARADA a ilegalidade do acórdão impugnado, para afastar o aumento da pena-base em virtude da quantidade da droga apreendida" (fl. 10).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente